



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. N.º

## LIVRO DE LEIS

**LEI Nº 2.896, DE 26 DE MARÇO DE 2004.**  
**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR POR DOAÇÃO TERRENO DO POLO INDUSTRIAL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO PARA A EMPRESA "GRANILIDER COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME".**

**ALOISIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Lorena, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica desafetado de sua destinação pública e autorizado o Poder Executivo a alienar por doação um terreno pertencente ao município no Polo Industrial, criado por força da Lei nº 2.858, de 16.12.2003, a Empresa, **Granilider Comércio de Pedras Ltda. ME**, localizada na Avenida Rui Barbosa, 705, Bairro da Santa Rita, em Guaratinguetá, CNPJ 00.614.238/0001-07, Empresa do Ramo de Granitos, que assim se descreve: **Lote 14A: Um terreno de formato irregular, com frente para a Avenida A, distante 247,67m da cerca divisa com a Rodovia Prefeito Aristeu Vieira Vilela-SP62, no Bairro do Aterrado, distrito, município e comarca de Lorena, Estado de São Paulo, medindo de frente 1,00m; 14,14m no semicírculo da esquina da Avenida A com a Avenida B; 10,00m de largura nos fundos onde confronta com o lote 15, 30,00m do lado esquerdo de quem da Avenida olha o imóvel, com o lote 14; 21,00m do lado direito, confrontando com a Avenida B; encerrando a área de 282,62m².**

**Artigo 2º** - A doação somente será efetiva mediante o cumprimento pela empresa dos seguintes encargos:

I - ter iniciado as obras de construção do empreendimento no prazo de quatro (4) meses, a contar da data da aprovação da lei de doação da área;



## LIVRO DE LEIS

### (CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 2.896/04).

II – estar em pleno funcionamento no prazo de dezoito (18) meses, a contar da data da aprovação da lei de doação da área, podendo este prazo ser prorrogado por seis (6) meses, desde que mais de 80% do empreendimento esteja concluído, o que deverá ser comprovado através dos projetos aprovados do empreendimento e mediante vistoria e análise do Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Lorena;

III – o projeto de construção do empreendimento deverá obedecer as posturas municipais, bem como todas as exigências das normas legais voltadas à legislação ambiental, visando a preservação do meio ambiente;

IV – a empresa deverá afixar placa permanente na frente do imóvel, com dimensões mínimas de dois (2) metros por três metros, contendo o nome do empreendimento, função do empreendimento e os dizeres "**Empreendimento instalado em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Lorena, por autorização da Câmara Municipal, contado com a Prefeitura – Assessoria de Indústria e Comércio 0XX-12-3153-1155**";

V – a empresa deverá obrigatoriamente licenciar perante a Ciretran de Lorena, os veículos de sua propriedade a serem utilizados neste município.

**Artigo 3º** - As doações são irrevogáveis, excetuados os casos de descumprimentos dos encargos constante desta Lei, que não sendo obedecidas e cumpridas pela donatária importará na reversão das áreas ao patrimônio municipal, sem direito a qualquer indenização, sendo ainda vedado a donatária dar às áreas destinações diversas das previstas nesta Lei.

**Artigo 4º** - A escritura de doação da área somente será lavrada após o cumprimento da finalidade da doação, no prazo descrito nesta Lei, exceto nos casos de necessidade de tomada de empréstimo junto aos agentes financeiros, devidamente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. N.º

## LIVRO DE LEIS

### (CONTINUAÇÃO DA LEI Nº 2.896/04).

comprovados através de documentos e planilhas referente ao empréstimo, que deverão ser analisados pela Procuradoria da Prefeitura Municipal de Lorena e pela Assessoria de Indústria e Comércio, não podendo a área doada ser objeto de garantia do empréstimo, devendo ainda ser realizada vistoria de conclusão e funcionamento do empreendimento e posterior emissão de certidão expedida pela Assessoria de Indústria e Comércio.

**Artigo 5º** - A empresa ainda deverá dar cumprimento às demais exigências constante da Lei nº 2.858, de 16 de dezembro de 2003, para que possa obter os demais benefícios de Lei.

**Artigo 6º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

P.M. de Lorena, 26 de março de 2004.

**ALOISIO VIEIRA**  
Prefeito Municipal

**MARIA ANTONIA PEREIRA**  
Secretário Adjunto de Legislação